

Renegociação vista por banqueiros

O Brasil acompanhou com grande interesse a conclusão da nova fase de renegociação da dívida mexicana com os bancos comerciais. Tratou-se de uma renegociação concluída em prazo curto e com grandes vantagens para o governo do México, tanto no que diz respeito aos prazos quanto ao montante dos spreads. O Brasil não tem pressa de iniciar a renegociação; espera "sentir" melhor a comunidade financeira internacional, na próxima reunião anual do FMI, e ter mais indicações quanto a seu futuro governo. Mas as grandes linhas de reivindicações da parte brasileira são conhecidas. E é interessante notar que encontram acolhida favorável em certos meios bancários suíços.

No final do ano passado, tivemos oportunidade de comentar o trabalho realizado, por um grupo suíço *ad hoc*, sobre os problemas da dívida internacional. Esse grupo, de 16 pessoas, reuniu todos os grandes bancos da Suíça, assim como representantes das grandes companhias daquele país com atuação internacional. Do trabalho que elaborou resulta um programa de ação que nos parece realmente interessante, por incluir diversas sugestões que correspon-

dem a aspirações justas de um país como o Brasil.

Os integrantes do grupo *ad hoc* lamentam que, depois de dois anos, o problema da dívida externa dos países do Terceiro Mundo continue a ser resolvido no quadro de uma condenável improvisação. Registram o fato de que os países devedores adotaram políticas de ajustamento muito drásticas, cujos resultados foram em parte anulados pela alta das taxas de juro no mercado internacional; e reconhecem que tais programas chegaram ao limite do que é econômico, social e politicamente aceitável. Por outro lado, assinalam que os pedidos de *new money*, apenas necessários para pagar o juro devido, sem representar transferência de recursos para os países endividados, não poderão ser sempre atendidos. Por isso, apresentam uma série de sugestões, válidas, para melhorar a situação descrita.

A primeira sugestão diz respeito à conversão da dívida em dólares em moedas como o franco suíço, o marco alemão ou o iene — para as quais a taxa de juro é menor. Já tivemos oportunidade de dizer que tal recomendação pode, se for seguida, levar a algumas desilusões. Nos próximos anos, é provável que se verifique

forte desvalorização da moeda norte-americana. O grupo sugere uma acentuada redução do spread, o que já ocorreu no caso do México, que terá um spread de 1 a 1 1/8% (contra 2%, atualmente, no caso brasileiro). Parece que também será possível ao Brasil obter boas condições, mas não se pode esquecer que o México não precisa de *new money* para o ano que vem, ao contrário do governo brasileiro.

O grupo suíço sugere a capitalização parcial do juro, porém para isso está propondo a emissão, como contrapartida, de notas promissórias de prazo médio, vencendo juro. Esses títulos poderiam ser utilizados para que se realizassem novos investimentos nos países devedores, ou se pagassem exportações não tradicionais. Eis uma sugestão a estudar, sabendo-se que é muito difícil estabelecer o que é uma exportação não tradicional e ainda que o conceito de novos investimentos mereceria ser bem definido. Os bancos que preferissem fazer novos empréstimos (*new money*) teriam possibilidade de recusar a capitalização parcial do juro. No que diz respeito ao pagamento do principal, o grupo suíço propõe uma consolidação plurianual, como a que o Brasil pretende, por um prazo de

oito a 15 anos (o que é pouco para este país que já conseguiu dez anos), prevendo-se amortização crescente, depois de certo período. Consideram que seria interessante se os bancos centrais emitissem, em contrapartida desses empréstimos, títulos negociáveis, destinados a dar-lhes liquidez, se for necessário. O grupo sugere também a transformação de dívida em capital, no caso das empresas multinacionais implantadas em países devedores, os quais deveriam estimular tais operações.

Tais medidas seriam completadas pela outorga de créditos a curto prazo, para o comércio internacional, e pela participação dos bancos comerciais privados em operações de co-financiamento com os bancos oficiais internacionais, tendo como objetivo a realização de grandes investimentos de infra-estrutura.

É importante notar que, meses atrás, banco algum teria subscrito documento tão inovador. Isso mostra que o problema está evoluindo para melhor, ainda que não se deva esquecer que a posição dos bancos europeus é bastante diferente da dos bancos norte-americanos, que chegam até a recorrer a um seguro contra riscos na América Latina...